

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB

CONCURSO PÚBLICO  
NÍVEL SUPERIOR

**CARGO: 104 – ANALISTA PREVIDENCIÁRIO: ARQUIVISTA – TIPO A**

Frase: "**A persistência é a chave do sucesso.**"

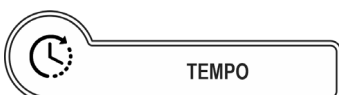
(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

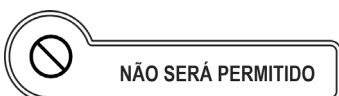
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova. A não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova** e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder à questão 1.

## Desigualdade urbana

O texto a seguir foi construído a partir da colaboração de Amiria Bezerra Brasil (professora de Arquitetura e Urbanismo e coordenadora adjunta do Fórum Direito à Cidade Natal – UFRN).

A desigualdade urbana refere-se a desigualdades de acesso a bens, serviços e infraestrutura nas cidades pelos diversos grupos da sociedade, impactando especialmente os mais pobres. Refere-se, assim, à privatização dos direitos de parte da sociedade na cidade.

A cidade é um produto de uma condição coletiva, que envolve diversos atores, como o poder público, a prefeitura, o governo do estado e os grupos da sociedade civil; quem constrói formalmente, quem constrói informalmente, quem produz outros bens de consumo que não as construções, quem oferece serviços etc.

Cada um desses atores tem interesses específicos na produção da cidade. Como nos fala Roberto Lobato Corrêa em seu livro "Espaço urbano". As ações desses atores produzem os espaços nas cidades de forma desigual, com mais investimentos em determinadas áreas, e menos em outras, e isso provoca uma valorização diferente pela cidade, como consequência quem pode pagar mais pelos bens e serviços da cidade escolhe onde se localizar, e quem não pode pagar caro se localiza onde consegue, ou seja, onde sobra.

Assim, existem nas cidades áreas desiguais: algumas onde moram grupos sociais de alta renda com mais infraestrutura e serviços, e outras, onde moram grupos de baixa renda, em geral com muitas precariedades. Essa separação dos grupos sociais no espaço urbano é definida por Flávio Villaça como segregação das classes sociais, em um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros.

As desigualdades destes espaços privam ou limitam grande parte da população de acesso aos bens, em especial, moradia, ou seja, aos serviços e equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, como, água, esgoto e energia, e aos locais onde se encontram as ofertas de trabalho, que estão concentradas nas áreas mais valorizadas da cidade.

Essa população precisa muitas vezes construir cidade, construir os espaços para desenvolver as necessidades básicas e improvisar esses serviços que não estão disponíveis. Assim, como resistência e luta para reversão da desigualdade urbana, alguns autores trabalham com o conceito de direito à cidade, que vai além do direito a

acessar o que a cidade oferece. Este conceito foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, e tem como objetivo fazer prevalecer o valor de uso, ao invés do valor de troca, nas cidades. Ou seja, que os direitos coletivos da maioria prevaleçam sobre os grupos individuais. O geógrafo britânico David Harvey complementa que o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos mais profundos desejos.

O direito à cidade está presente na legislação brasileira, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que prevê, dentre os direitos sociais (art. 6º) o trabalho, a moradia, o esporte e o lazer. E, ainda, que define, nos artigos 182 e 183 (posteriormente detalhados pelo Estatuto da Cidade) como deve ser estabelecida a política urbana municipal, prevalecendo os direitos coletivos aos interesses individuais. A partir do pensamento desses dois autores, e de outros que trabalham na mesma linha, considerando o marco regulatório brasileiro e a experiência do Fórum Direito à Cidade, acredita-se que a evolução da igualdade urbana só se dará com a construção coletiva da cidade, a partir da garantia dos direitos e interesses da maioria prevalecendo a vida, ao invés da mercantilização do espaço urbano.

Postado por Assessoria de Comunicação - 25 de janeiro de 2022

Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal>

## Questão 01

O texto é um artigo de opinião que fala sobre a questão da desigualdade urbana e como ela afeta a população. Como texto argumentativo, deve apresentar tese e argumentos convincentes. Dentre as ideias apresentadas, pode-se afirmar que a ideia principal defendida encontra-se na alternativa

- (A) "A desigualdade urbana refere-se a desigualdades de acesso a bens, serviços e infraestrutura nas cidades pelos diversos grupos da sociedade..."
- (B) "...acredita-se que a evolução da igualdade urbana só se dará com a construção coletiva da cidade, a partir da garantia dos direitos e interesses da maioria prevalecendo a vida, ao invés da mercantilização do espaço urbano".
- (C) "Essa população precisa muitas vezes construir cidade, construir os espaços para desenvolver as necessidades básicas e improvisar esses serviços que não estão disponíveis".
- (D) "A cidade é um produto de uma condição coletiva, que envolve diversos atores, como o poder público, a prefeitura, o governo do estado e os grupos da sociedade civil..."
- (E) "Assim, existem nas cidades áreas desiguais: algumas onde moram grupos sociais de alta renda com mais infraestrutura e serviços, e outras, onde moram grupos de baixa renda..."

## Questão 02

Algumas palavras funcionam como marcadores textuais, atuando na coesão e organização dos textos e fazendo-os progredir. Ciente disso, marque a alternativa que indica corretamente a relação coesiva exercida pelos termos em destaque nos trechos a seguir.

- (A) "Assim, existem nas cidades áreas desiguais: algumas onde moram grupos sociais de alta renda com mais infraestrutura e serviços, e **outras**, onde moram grupos de baixa renda, em geral com muitas precariedades". – "outras" refere-se a áreas valorizadas economicamente.
- (B) "A desigualdade urbana refere-se a desigualdades de acesso a bens, serviços e infraestrutura nas cidades pelos diversos grupos da sociedade, impactando especialmente os mais pobres. **Refere-se**, assim, à privatização dos direitos de parte da sociedade na cidade" – "refere-se" inicia um período realizando uma coesão por elipse.
- (C) "As desigualdades destes espaços privam ou limitam grande parte da população de acesso aos bens, em especial, moradia, **ou seja**, aos serviços e equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, como, água, esgoto e energia,..." – "ou seja" é uma locução conjuntiva que liga termos ou orações expressando alternância.
- (D) "Assim, como resistência e luta para reversão da desigualdade urbana, alguns autores trabalham com o conceito de direito à cidade, **que** vai além do direito a acessar o que a cidade oferece..." – "que" refere-se à cidade.
- (E) "**Este conceito** foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, e tem como objetivo fazer prevalecer o valor de uso, ao invés do valor de troca, nas cidades." – "este conceito" refere-se a um conceito que será apresentado posteriormente no texto.

## Questão 03

O vocábulo "como" pode desempenhar variadas funções, partindo do pressuposto de que cada contexto incide diretamente em tal aspecto, bem como as relações exercidas entre os termos das orações. Ao verificar as orações a seguir e o emprego do vocábulo "como", indique a classificação correta em cada ocorrência.

1. "**Como** nos fala Roberto Lobato Corrêa em seu livro "Espaço urbano"."
  2. "...e tem **como** objetivo fazer prevalecer o valor de uso, ao invés do valor de troca, nas cidades."
  3. "A cidade é um produto de uma condição coletiva, que envolve diversos atores, **como** o poder público, a prefeitura, o governo do estado..."
- (A) 1. Conjunção causal; 2. Conjunção de finalidade; 3. Partícula de exemplificação.
  - (B) 1. Pronome relativo; 2. Preposição; 3. Conjunção comparativa.
  - (C) 1. Conjunção de conformidade; 2. Partícula explicativa; 3. Conjunção comparativa.
  - (D) 1. Conjunção de conformidade; 2. Preposição; 3. Partícula de exemplificação.
  - (E) 1. Pronome interrogativo; 2. Conjunção causal; 3. Partícula explicativa.

## Questão 04

Sobre os processos de formação das palavras destacadas no trecho a seguir, é correto afirmar:

"A **desigualdade** urbana refere-se a desigualdades de acesso a bens, serviços e **infraestrutura** nas cidades pelos diversos grupos da sociedade, impactando **especialmente** os mais pobres. Refere-se, assim, à **privatização** dos direitos de parte da sociedade na cidade".

- (A) "Desigualdade" e "especialmente" sofrem derivação parassintética.
- (B) "Privatização" sofre derivação prefixal.
- (C) "Desigualdade" sofre derivação pré-sufixal.
- (D) "Especialmente" sofre derivação imprópria.
- (E) "Infraestrutura" sofre derivação prefixal e sufixal.

## Questão 05

O período composto por subordinação é aquele formado por uma oração principal, que sustenta os dados centrais do período, e outra(s) subordinada(s), que complementa(m) a carga informativa do enunciado, exercendo alguma função sintática em relação à principal. Ao analisar os períodos a seguir, aponte a alternativa que classifica corretamente as orações destacadas, de acordo com a função que exercem nos períodos compostos.

I. "O geógrafo britânico David Harvey complementa **que o direito à cidade é o direito de mudar** e reinventar a cidade de acordo com os nossos mais profundos desejos".

II. "Essa população precisa muitas vezes construir cidade, construir os espaços para desenvolver as necessidades básicas e improvisar esses serviços **que não estão disponíveis**".

- (A) I. Oração subordinada substantiva objetiva direta/  
II. Oração subordinada adjetiva restritiva.
- (B) I. Oração subordinada substantiva subjetiva/  
II. Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) I. Oração subordinada substantiva objetiva indireta/  
II. Oração subordinada adverbial causal.
- (D) I. Oração subordinada adverbial consecutiva/  
II. Oração subordinada adjetiva explicativa.
- (E) I. Oração subordinada adjetiva explicativa/  
II. Oração subordinada adjetiva restritiva.

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Questão 06

A participação social e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Sua concretização passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público.

(Tenório e Rozemberg, 1997, p.103)

A partir do texto em destaque, assinale corretamente o instrumento de participação popular na gestão pública.

- (A) Queixas criminais.
- (B) Leis delegadas.
- (C) Resoluções populares.
- (D) Orçamento estático.
- (E) Audiências públicas.

### Questão 07

Se o Poder Judiciário, no âmbito da sua competência, resolver editar resolução com normas sobre a digitalização de documentos judiciais pelos seus servidores públicos, configura-se exercício da função

- (A) jurisdicional.
- (B) judicial.
- (C) administrativa.
- (D) legislativa.
- (E) correccional.

### Questão 08

Acerca do consensualismo na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Aceita-se a autocomposição como meio alternativo de resolução de conflitos da Administração Pública, porém esta não pode se valer da mediação ou arbitragem.
- (B) Na Administração Pública, o consensualismo tem pouco espaço de aplicação em virtude de que o gestor deve agir com base na estrita legalidade. Logo, é vedado qualquer tipo de conciliação com os administrados.
- (C) O consensualismo da Administração Pública é chamado de judicial, já que os acordos administrativos devem ser ratificados pelo Poder Judiciário.
- (D) Para que a Administração Pública reduza sua litigiosidade com os administrados, é essencial a redução da governança pública, afastando-se da dominante perspectiva imperativa e monológica da gestão pública contemporânea.
- (E) A transação administrativa é uma das diversas formas possíveis de a Administração Pública adotar práticas consensuais.

### Questão 09

Determinado contrato administrativo previu a possibilidade de o particular ser indenizado, ao final do prazo contratual, de eventuais prejuízos causados pela Administração Pública. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) no contrato em questão, a Administração Pública renunciou à indisponibilidade do interesse público.
- (B) o contrato em questão não deixará de estar sujeito ao regime de direito público por conta da possibilidade de indenização do particular.
- (C) como há possibilidade de o particular ser indenizado, o contrato em questão é considerado um contrato da Administração, e não um contrato administrativo.
- (D) o contrato em questão está sob o regime do direito privado.
- (E) vigora, no contrato em questão, a cláusula da supremacia do interesse privado sobre o público.

## Questão 10

À medida que foi evoluindo a Administração Pública, houve uma superação do modelo de gestão pública de viés burocrático e centralizador. Nesse modelo, que seguia as concepções de Max Weber, destacava-se o(a)

- (A) pessoalidade das relações administrativas.
- (B) supressão dos canais de autoridade.
- (C) poder normativo.
- (D) caráter inovador.
- (E) valorização da informalidade.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

### Questão 11

No âmbito da Lei nº 9.784/1999, que traz disposições sobre o processo administrativo, a motivação, a proporcionalidade e a segurança jurídica são consideradas

- (A) princípios da Administração Pública.
- (B) condições dos atos da Administração Pública.
- (C) atributos dos atos administrativos.
- (D) elementos dos atos administrativos.
- (E) requisitos de validade dos atos da Administração Pública.

### Questão 12

O servidor público Paulo usou, em proveito próprio, bem integrante do acervo patrimonial de autarquia pública e foi condenado judicialmente à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por 14 (catorze) anos. Nesse caso, considerando as disposições da Lei de Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), pode-se afirmar que

- (A) Paulo praticou ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.
- (B) É vedada a aplicação da pena de perda de função pública para o ato praticado por Paulo.
- (C) A pena de suspensão dos direitos políticos deveria ter sido, no máximo, de 05 (cinco) anos.
- (D) Paulo praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.
- (E) Paulo praticou ato de improbidade administrativa tipificado como atentatório dos princípios da Administração Pública.

## Questão 13

Para a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), os serviços e fornecimentos contínuos são aqueles serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Já os serviços não contínuos ou contratados por escopo são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser

- (A) prorrogável pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos, desde que justificadamente.
- (B) prorrogável pelo prazo não superior a 3 (três) anos, desde que justificadamente.
- (C) prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- (D) improrrogável, a critério da Administração Pública ou do contratado.
- (E) prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, exceto em licitações de obras e serviços de engenharia.

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

### Questão 14

No Senado Federal, determinada proposta de emenda constitucional estava deliberando sobre como fortalecer o voto direto, secreto, universal e periódico. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) a proposta de emenda constitucional não poderia ser discutida no Senado Federal, e sim no Congresso Nacional, em sessão conjunta.
- (B) a proposta de emenda constitucional não poderia ser discutida no Senado Federal, e sim na Câmara dos Deputados.
- (C) a Constituição Federal não proíbe que uma proposta de emenda constitucional delibere acerca do fortalecimento do voto direto, secreto, universal e periódico.
- (D) a proposta de emenda constitucional em questão viola as cláusulas pétreas previstas na Constituição Federal.
- (E) a Constituição Federal veda que uma proposta de emenda constitucional delibere acerca do fortalecimento do voto secreto, ainda que este seja periódico ou não.

## Questão 15

A Constituição Federal estabelece diversos direitos para os trabalhadores urbanos e rurais, como, por exemplo, que a duração do trabalho normal não seja superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) é direito de todo trabalhador a garantia de salário nunca inferior ao mínimo, exceto para os que percebem remuneração variável.
- (B) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos.
- (C) há igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- (D) é direito de todo trabalhador o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.
- (E) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

---

### Questão 16

A deterioração natural dos suportes dos documentos, ao longo do tempo, ocorre por reações químicas, que são aceleradas por flutuações e extremos de temperatura e umidade relativa do ar e pela exposição aos poluentes atmosféricos e às radiações luminosas, especialmente dos raios ultravioleta. Nesse contexto, a adoção dos parâmetros recomendados por diferentes autores é de

- (A) temperatura entre 16 e 23 °C e de umidade relativa entre 45% e 65%.
- (B) temperatura entre 18 e 25 °C e de umidade relativa entre 45% e 65%.
- (C) temperatura entre 17 e 24 °C e de umidade relativa entre 55% e 60%.
- (D) temperatura entre 15 e 22 °C e de umidade relativa entre 45% e 60%.
- (E) temperatura entre 19 e 25 °C e de umidade relativa entre 50% e 60%.

### Questão 17

Marque a opção que indica corretamente a área onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição.

- (A) Área de fontes relacionadas.
- (B) Área de contextualização.
- (C) Área de identificação.
- (D) Área de condições de acesso e uso.
- (E) Área de conteúdo e estrutura.

## Questão 18

Após a identificação e a categorização dos documentos, o arquivista poderá elaborar a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD). Para que sejam estipulados os prazos de guarda dos documentos ou sua eliminação, será necessária a constituição de uma comissão permanente de avaliação de documentos (CPAD). Nesse contexto, assinale a função arquivística que é feita a partir do plano de classificação.

- (A) Classificação.
- (B) Descrição.
- (C) Difusão.
- (D) Avaliação.
- (E) Aquisição.

## Questão 19

Em meio à era das consolidações de memórias no espaço político e social, os arquivos passam a ser percebidos como patrimônio documental, necessários à manutenção, construção e significação da memória coletiva dos grupos sociais. No Brasil, assinale o marco histórico que considera o arquivo como patrimônio.

- (A) Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.
- (B) Constituição Federal de 1988.
- (C) Criação da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA), em 1971.
- (D) Constituição de 1949.
- (E) Criação do Arquivo Público do Império, em 1838.

## Questão 20

No caso de exposição de materiais de arquivo a períodos prolongados, foram estabelecidos alguns parâmetros. Para a intensidade da luz, por exemplo, fica estabelecido o índice de

- (A) 50 lux e 75µw/l de radiação UV para documentos de alta sensibilidade à luz, como fotografias, aquarelas etc., pelo período máximo de cem dias por ano.
- (B) 70 lux e 95µw/l de radiação UV para documentos de alta sensibilidade à luz, como fotografias, aquarelas etc., pelo período máximo de cento e trinta dias por ano.
- (C) 60 lux e 80µw/l de radiação UV para documentos de alta sensibilidade à luz, como fotografias, aquarelas etc., pelo período máximo de cento e dez dias por ano.
- (D) 70 lux e 90µw/l de radiação UV para documentos de alta sensibilidade à luz, como fotografias, aquarelas etc., pelo período máximo de cento e vinte dias por ano.
- (E) 65 lux e 85µw/l de radiação UV para documentos de alta sensibilidade à luz, como fotografias, aquarelas etc., pelo período máximo de cento e quinze dias por ano.

### Questão 21

Na perspectiva americana, Theodore R. Schellenberg identificou três estágios para o arranjo dos documentos. Desse modo, assinale o princípio, no segundo estágio, que foi considerado como o preceito orientador da ordenação e que foi aplicado não só aos documentos públicos, mas também às coleções de manuscritos.

- (A) Princípio da Territorialidade.
- (B) Princípio da Indivisibilidade.
- (C) Princípio da Organicidade.
- (D) Princípio da Proveniência.
- (E) Princípio da Pertinência.

### Questão 22

Observe o seguinte trecho:

Princípio arquivístico segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original.

Assinale a alternativa que indica o princípio apresentado.

- (A) Princípio da Pertinência.
- (B) Princípio da Inalienabilidade.
- (C) Princípio da Reversibilidade.
- (D) Princípio da Proveniência.
- (E) Princípio de Respeito aos Fundos.

### Questão 23

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a alienação é o(a)

- (A) nota ou aditamento feito oficialmente em documento.
- (B) ação pela qual uma autoridade determina a guarda de um documento, cessada a sua tramitação.
- (C) empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado.
- (D) anotação oficial em documento que o altera ou complementa.
- (E) transmissão formal da custódia ou propriedade de documentos ou arquivos.

### Questão 24

O sistema de controles que se estende por todo o ciclo de vida dos documentos, a fim de assegurar sua autenticidade ao longo do tempo, é chamado de

- (A) cadeia de preservação.
- (B) confiabilidade.
- (C) completeza.
- (D) fidedignidade.
- (E) ciclo vital dos documentos.

### Questão 25

Assinale a alternativa que indica o nome que se dá ao conjunto de informações lançadas ao final de um livro de registro, e que o validam, delas podendo constar o número de folhas, a finalidade, a data e o nome da autoridade validadora.

- (A) Termo de custódia.
- (B) Termo de eliminação.
- (C) Termo de autoridade.
- (D) Termo de transferência.
- (E) Termo de encerramento.

### Questão 26

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados, é a definição de

- (A) livre acesso.
- (B) qualidade dos dados.
- (C) adequação.
- (D) transparência.
- (E) necessidade.

### Questão 27

Considere a seguinte definição:

Princípio que fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor e pelo qual os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos.

Assim, é correto afirmar que o trecho define o

- (A) Princípio da Proveniência.
- (B) Princípio da Organicidade.
- (C) Princípio da Cumulatividade.
- (D) Princípio da Unicidade.
- (E) Princípio da Indivisibilidade.

### Questão 28

O modo de converter o conhecimento tácito em explícito cujo conceito está relacionado a explicitar o conhecimento para que ele se torne acessível é chamado de

- (A) socialização.
- (B) combinação.
- (C) explanação.
- (D) internalização.
- (E) externalização.

### Questão 29

Assinale a alternativa que corretamente apresenta a necessidade que fez ser criada a Diplomática.

- (A) Subsidiar a elaboração de análises tipológicas de documentos arquivísticos.
- (B) Ser o método instrumental de fundo paleográfico, historiográfico e jurídico.
- (C) Produzir índices tipológicos para recuperar informações em arquivos correntes.
- (D) Apoiar a arquivologia para descrever a estrutura de atos legais.
- (E) Suprir a necessidade de analisar criticamente documentos que poderiam ser falsificados.

### Questão 30

Conforme as orientações contidas nas Recomendações para construção de arquivos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, os edifícios para arquivos intermediários podem seguir as especificações usadas na construção de arquivos permanentes e devem ser compostos de três ambientes, cujas mensurações dos espaços são:

- (A) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, em média 70% do espaço disponível; área administrativa, em média 15% do espaço total; e área pública, em média 15% do espaço.
- (B) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, em média 50% do espaço disponível; área administrativa, em média 25% do espaço total; e área pública, em média 25% do espaço.
- (C) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, em média 40% do espaço disponível; área administrativa, em média 35% do espaço total; e área pública, em média 15% do espaço.
- (D) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, em média 40% do espaço disponível; área administrativa, em média 30% do espaço total; e área pública, em média 30% do espaço.
- (E) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, em média 60% do espaço disponível; área administrativa, em média 15% do espaço total; e área pública, em média 25% do espaço.

### Questão 31

O valor primário é atribuído ao arquivo que está em uso corrente e/ou intermediário e que serve para cumprir algumas finalidades da instituição. Essas finalidades são

- (A) educacionais e administrativas.
- (B) funcionais e administrativas.
- (C) culturais e financeiras.
- (D) contábeis e legais.
- (E) funcionais e científicas.

### Questão 32

Marque a alternativa que apresenta o valor mínimo de linhas por milímetro de definição com que será realizada a microfilmagem, de qualquer espécie, sempre em filme original.

- (A) 200
- (B) 180
- (C) 210
- (D) 190
- (E) 220

### Questão 33

Assinale corretamente a regra para a descrição multinível que tem por objetivo representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes.

- (A) Identificar a unidade de descrição.
- (B) Não repetição de informação.
- (C) Informação relevante para o nível de descrição.
- (D) Relação entre descrições.
- (E) Descrição do geral para o particular.

### Questão 34

Marque a alternativa que apresenta o instrumento arquivístico que consiste em agrupar, em classes, subclasses e, assim, sucessivamente, os documentos provenientes das mesmas atividades e que possuam semelhança de conteúdo informacional, os quais serão representados por um código numérico.

- (A) Catálogo.
- (B) Tesauro.
- (C) Inventário.
- (D) Plano de classificação.
- (E) Vocabulário controlado.

### Questão 35

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema é chamada de

- (A) autenticidade.
- (B) disponibilidade.
- (C) integridade.
- (D) fidedignidade.
- (E) primariedade.



### Questão 36

A capacidade de verificar as ações realizadas sobre um determinado objeto físico ou digital que é possibilitada pela existência e adoção de regras de produção e instrumentos de identificação, coleta e disponibilização de informações sobre, por exemplo, o tipo, a data, o horário e a autoria dos procedimentos realizados, é chamada de

- (A) rastreabilidade dos procedimentos.
- (B) auditabilidade dos procedimentos.
- (C) prazo precaucional.
- (D) trilha de auditoria.
- (E) presunção de autenticidade.

### Questão 37

A tecnologia utilizada no Gerenciamento eletrônico de documentos que se preocupa com o controle do fluxo do trabalho, aplicado com a utilização dos documentos, é o

- (A) Document Imaging.
- (B) Workflow.
- (C) Form Processing.
- (D) Computer Output to Laser Disk.
- (E) Document Management.

### Questão 38

O grau de redução do documento microfilmado indica seu tamanho em relação ao tamanho do original. Em microfilmagem de preservação, o grau de redução não deve ser maior que

- (A) 17X.
- (B) 14X.
- (C) 15X.
- (D) 16X.
- (E) 18X.

### Questão 39

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, borrador é definido como o(a)

- (A) microfilme utilizado para introduzir dados em computadores.
- (B) área da paleografia que estuda a origem, tipos e evolução das abreviaturas.
- (C) registro de minutas.
- (D) processo de encadernação que utiliza uma capa pré-fabricada.
- (E) cartão contendo abertura retangular destinada a receber fotograma.

### Questão 40

Assinale a função arquivística que diz respeito à organização e representação da informação e que objetiva gerir e recuperar os documentos.

- (A) Produção.
- (B) Aquisição.
- (C) Descrição.
- (D) Classificação.
- (E) Avaliação.

### Questão 41

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de

- (A) 25 representantes.
- (B) 26 representantes.
- (C) 27 representantes.
- (D) 24 representantes.
- (E) 23 representantes.

### Questão 42

Os prédios de arquivo e o acervo documental devem ser constantemente monitorados, com vistas a evitar situações incontrolláveis, como as infestações por insetos, a contaminação por microrganismos, as contaminações químicas e os efeitos do calor e da umidade. Para realizar a limpeza das áreas de armazenamento do acervo com produtos que evaporem rapidamente, pode ser utilizado, preferencialmente, o álcool etílico a

- (A) 65%.
- (B) 80%.
- (C) 75%.
- (D) 60%.
- (E) 70%.

### Questão 43

Assinale a norma que lista os critérios que um repositório digital confiável deve atender.

- (A) Norma ISO 16363:2012.
- (B) Norma ISO 19011:2018.
- (C) Norma ISO 14721:2003.
- (D) Norma ISO 27002:2022.
- (E) Norma ISO 16919:2014.

### Questão 44

A estrutura da tabela de temporalidade e destinação de documentos deve apresentar alguns campos. Sobre isso, assinale o campo que se refere à denominação que representa o conjunto documental.

- (A) Descritor.
- (B) Código.
- (C) Classe.
- (D) Signo.
- (E) Grupo.

### Questão 45

De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, é chamada de

- (A) imprescindibilidade.
- (B) integridade.
- (C) legitimidade.
- (D) primariedade.
- (E) autenticidade.

## LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS (JOÃO PESSOA - PB)

---

### Questão 46

Assinale a alternativa correta quanto ao prazo de implantação da segregação de massa prevista na Portaria MPT nº 1.467/22.

- (A) 15 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 180 dias.

### Questão 47

Acerca do tema "política urbana" expresso na Lei Orgânica do Município de João Pessoa, marque a alternativa correta.

- (A) As funções sociais da cidade prescindem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis com estágio de desenvolvimento do município, nos termos do Código de Posturas e Desenvolvimento.
- (B) A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do município.
- (C) É vedada a participação das entidades representantes da comunidade diretamente interessada na elaboração do plano diretor.
- (D) Lei Municipal Complementar estabelecerá, com base no plano diretor, normas sobre saneamento, parcelamento e loteamento, uso e ocupação de solo, índice urbanístico, proteção ambiental e demais limitações administrativas sobre edificações, construção e imóveis em geral, fixando prazo de 30 dias para a expedição de licenças e autorizações.
- (E) O plano diretor, aprovado por maioria simples da Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.

### Questão 48

Quanto às regras de transparência aplicáveis ao RPPS, assinale a alternativa correta quanto ao prazo para disponibilização aos segurados e beneficiários, de documentos e informações.

- (A) As informações contidas nos formulários APR devem ser disponibilizadas no prazo de até 10 (dez) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate.
- (B) A política de investimentos, suas revisões e alterações, deve ser disponibilizada no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da data de sua aprovação.
- (C) A composição da carteira de investimentos do RPPS deve ser disponibilizada, no prazo de até 10 (dez) dias após o encerramento do mês.
- (D) A política de investimentos, suas revisões e alterações, deve ser disponibilizada no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da data de sua aprovação.
- (E) A composição da carteira de investimentos do RPPS deve ser disponibilizada, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês.

## Questão 49

Tendo em vista as disposições expressas na Lei Orgânica do Município de João Pessoa acerca do desenvolvimento, assinale a alternativa correta.

- (A) Os instrumentos de planejamento municipal não incorporam as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.
- (B) A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal prescindem de observação às diretrizes do plano diretor, bem como de acompanhamento e avaliação permanente da comissão responsável.
- (C) O Governo Municipal manterá processo permanente do planejamento, visando a promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.
- (D) O planejamento das atividades do Governo Municipal será feito por meio da elaboração e manutenção atualizada, entre outros, do Código de Posturas e Diretrizes Municipal.
- (E) O processo de planejamento municipal não necessita considerar os aspectos técnicos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando, no entanto, que a autoridade civil participe do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

## Questão 50

São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou aos fundos previdenciários, inclusive os créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999. Assim, assinale a alternativa correta quanto à utilização de recursos previdenciários pelo RPPS prevista na Portaria MPT nº 1.467/22.

- (A) Os recursos de que trata o enunciado somente deverão ser utilizados para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.
- (B) Os recursos de que trata o enunciado somente deverão ser utilizados para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão por morte e auxílio doença, para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.
- (C) Os recursos previdenciários somente podem ser utilizados para o pagamento de aposentadoria, pensão por morte e auxílio doença, desde que o afastamento seja superior a 14 dias, vedado o pagamento de benefícios diversos.
- (D) É permitida a utilização de recursos previdenciários visando o custeio da complementação de benefícios prevista na lei do ente federativo como incentivo para a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal.
- (E) É permitida a utilização dos recursos previdenciários para o pagamento de quaisquer benefícios criados pelo ente estatal, desde que previstos em lei específica e que tenham sido objeto de Avaliação Atuarial e constem do Plano de Custeio, reservando-se o equilíbrio financeiro e atuarial da entidade.